

Agente Fiscal

**CAMPANHA
SALARIAL**

Comando de Mobilização Local intensifica movimento na base Rio

Membros do Comando de Mobilização Local da base Rio e diretores da DS/Rio (*foto*) se reuniram no dia 24 de novembro para debater os rumos da campanha salarial 2015. Além de ações específicas da base, os Auditores analisaram a mobilização nas demais regiões fiscais e as estratégias mais adequadas para intensificar o movimento, tomando como referência as orientações do Comando Nacional. **Página 5**



ELEIÇÕES 2015

Juntos, pela valorização do Auditor

Chapa 2 vence eleições sindicais no Rio



Apuração reuniu integrantes e apoiadores das duas chapas na Sede Quitanda

Com 937 votos válidos, os filiados à DS/Rio elegeram a **Chapa 2 (Juntos, pela Valorização do Auditor)**, liderada pelo Auditor-Fiscal Marcílio Henrique Ferreira, para a diretoria da representação sindical no triênio 2016/2018. A **Chapa 1 (Opinião e Unidade Rio)**, liderada pelo Auditor-Fiscal Hildebrando de Menezes Veras, obteve 501 votos. Houve, ainda 15 votos em branco e 11 nulos. O pleito teve 1.464 votantes. **Página 3**



Votação regional no Rio (26/11): Eliana Polo, Dão Real e Marcelo Lettieri foram os mais votados na base

Lista tríplice para SFRB

Atendendo à forte demanda da categoria, o Sindifisco Nacional coordenou, nos meses de novembro e dezembro, o processo eleitoral para indicação dos Auditores-Fiscais que irão compor a lista tríplice para Secretário da Receita Federal do Brasil. Nas fases local (12/11) e regional (26 e 27/11), as votações ocorreram nas Delegacias Sindicais. Os Auditores mais votados foram Alberto Amadei Neto, Dão Real Pereira dos Santos, Eliana Polo Pereira, José Barroso Tostes Neto, Kleber Cabral, Lina Maria Vieira e Marcelo Lettieri Siqueira.

A primeira etapa da fase nacional ocorreu em 09/12, com sabatina dos Auditores Eliana Polo (7ª RF), Dão Real (10ª RF) e Kleber Cabral (8ª RF), durante reunião do Conselho dos Delegados Sindicais (CDS), em Brasília. Conforme publicado no boletim da DEN (nº 1.543), os Auditores Marcelo Lettieri (3ª RF) e Lina Vieira (4ª RF) justificaram por carta a ausência, José Tostes (2ª RF) declinou do convite e Alberto Amadei (3ª RF) não retornou as tentativas de contato.

No fechamento desta edição, a categoria se preparava para votar, em assembleia nacional (15/12), em até três dos sete Auditores-Fiscais indicados. Os três primeiros colocados irão compor a lista que será encaminhada ao Ministério da Fazenda e à Presidência da República.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA E A LISURA DO PLEITO

As eleições para o triênio 2016/2018 do Sindifisco Nacional transcorreram em meio a uma campanha salarial indefinida, cenário econômico adverso, divergências sobre o modelo gerencial adotado pela Receita Federal do Brasil, indignação com o tratamento institucional dispensado ao cargo de Auditor-Fiscal e dúvidas sobre os rumos da categoria.

Esse processo eleitoral trouxe duas mudanças significativas: ampliação do mandato sindical para três anos e a introdução do voto pela internet.

O modelo de votação pela internet adotado pelo Sindifisco Nacional gerou desconanças, pois possibilita brechas na segurança do sistema e em sua capacidade de manter o sigilo do voto. Mas, os diversos alertas não foram considerados pela Comissão Eleitoral Nacional (CEN 2015). O parecer técnico de um especialista em votação eletrônica, apontando inconsistências no Regimento Eleitoral do Sindicato que impossibilitariam qualquer empresa de auditoria de garantir a lisura do pleito também foi ignorado. Também ficou sem resposta uma oferta da DS/Rio, aprovada em assembleia local (04/11), de contratar o engenheiro Amílcar Brunazo Filho, maior perito em votação eletrônica do país, para verificar previamente a confiabilidade do sistema eletrônico escolhido pelo Sindifisco Nacional e, em seguida, capacitar um fiscal de cada chapa concorrente para ampliar a segurança do voto e da apuração.

Integrantes da Chapa 2 entraram com Ação Cautelar pelo direito à fiscalização do processo de apuração dos votos pela internet. O Juízo da 8ª Vara Civil de Brasília concedeu liminar requerida para “exibição da lista completa de eleitores votantes pela internet, indicando nome, IP, horário de votação e MAC Adress dos eleitores”. Mas, DEN e CEN 2015 entraram com Agravo de Instrumento, com o argumento – entre outros – de que seria impossível fornecer esses dados “sem o risco de violação do sigilo do voto e consequente afronta ao art. 75 do Estatuto”.

Contudo, em outro trecho da contestação, os advogados da DEN admitem a possibilidade de votação em massa a partir de um único endereço IP: “Sem aprofundar no tema, alegam os agravados que tais dados permitiriam verificar se vários eleitores votaram na mesma máquina, o que supostamente indicaria fraude. Oportuno dizer que não há vedação para mais de um voto na mesma máquina, sendo até natural que isso ocorra em determinadas Delegacias Estaduais com estrutura mais precária.”

Prevaleceu a incerteza quanto à lisura do pleito. Apurada a eleição, venceu a Chapa 1, por 184 votos em relação à Chapa 2. Apesar de todas as dúvidas, os votos pela internet decidiram a disputa.



O **Agente Fiscal** é uma publicação da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

Presidente: João Luiz Teixeira de Abreu

Vice-Presidente: Antônio Henrique Azevedo da Cunha

Segunda Vice-Presidente: Maria Gláudia Ferrer Mamede

Secretário-Geral: Luiz Roberto Bicalho Domingos

Diretor de Finanças: Sonia Maria Binda Campos Pereira

Diretor-Adjunto de Finanças: Robson Guedes Lassarat

Diretor de Administração: Fábio Alves Cabral

Diretor de Assuntos Jurídicos: Marcílio Henrique Ferreira

Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos: Bety Gutnik Nisembaum

Diretora de Defesa Profissional: Fátima e Silva Rodrigues

Diretor de Comunicação: Rodrigo de Almeida Rodrigues

Diretora de Assuntos de Aposentados: Eliane Barros Rocha

Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados: Sonia Maria Cunha dos Santos

Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos

Parlamentares: Helio Fernando Muylaert da Silva Lima

Diretor-Adjunto de Relações Intersindicais e Assuntos

Parlamentares: Paulo Torres de Carvalho Barbosa

Diretor de Saúde e Qualidade de Vida: Sonia Chaves Mesentier

Diretor-Adjunto de Saúde e Qualidade de Vida: Airton Gonçalves Dias

Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social: Célia Satiyo Seto

Diretora de Políticas Sociais e Assuntos Especiais: Teresa Maria da Silva Vagos

Diretores Suplentes: Carla Maria Marques da Silva Leal, Eulina Crispiano Lemos Filha, Frederico Lednik e Regina da Fátima da S.C. Hardman

Conselho Fiscal: Lenine Alcântara Moreira, Rodolfo de Castro Sousa Filho e Luiz Gustavo Pereira Regadas

Endereços da DS/RJ

Rua Debret, 23 - Sls. 711/712 – Centro
CEP 20030-080 – Fone: (21) 3125-3800
Fax: (21) 3125-3805 e Rua da Quitanda, 30
11º andar – Centro – CEP 20011-030
Fone: (21) 3916-8550

E-mail: dsrj@sindifisconacional-rj.org.br
Site: www.sindifisconacional-rj.org.br

Jornalista Responsável/Redação: Sônia d’Azevedo (Reg.Prof. 17226 RJ) **Diagramação:** Sylvio Marinho
Fotos: Sônia d’Azevedo e Sidney Trindade
Impressão: Gráfica Sumaúma

Distribuição gratuita – circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.



Filiados vão às urnas no Rio e mantêm tradição do encontro e da troca de ideias

Chapa eleita prioriza respeito ao cargo e unidade da categoria

Os filiados à DS/Rio confirmaram o apoio aos valores e propostas da Chapa 2 (**Juntos, pela Valorização do Auditor**). Os votos abrangem as três modalidades de votação utilizadas nas eleições deste ano e correspondem às 13 urnas disponibilizadas pela DS/Rio na base, votos por correspondência e 103 votos válidos pela internet. Pela internet, votaram 118 filiados, mas 15 deles também votaram através de outras modalidades. De acordo com o Regimento Eleitoral, esses 15 votos em duplicidade foram consignados na outra modalidade de votação utilizada pelo filiado – urna ou correspondência, conforme cada caso.

Além de discordar do modelo gerencial adotado pela Receita Federal, nos últimos anos – calcado em princípios e metas quantitativas de produtividade que são incompatíveis com a categoria e a natureza do Serviço Público –, a diretoria eleita pretende manter a visão crítica e o debate permanente sobre os legítimos interesses dos Auditores-Fiscais. Isso inclui a preservação de conquistas constitucionais – como o direito à paridade entre ativos e aposentados –, e o repúdio às tentativas do Governo de atrelar integrantes de cargo de Estado a bonificações cujo modelo tem origem na iniciativa privada.

Conselho Fiscal – Para o Conselho Fiscal Local, os candidatos mais votados foram os Auditores **Glória Celia Regazone** (674 votos), **Antonio Henrique Azevedo da Cunha** (641 votos) e **Fatima e Silva Rodrigues** (603 votos). A suplência ficou com os Auditores **Armando Domingos Barcellos Sampaio** (560 votos), **Marilene de Oliveira Maron** (521 votos) e **Edna Brandão Monteiro** (393 votos). Foram registrados, ainda, 157 votos em branco e 22 nulos.

A diretoria e os membros do Conselho Fiscal tomam posse em janeiro de 2016.

Composição da Chapa Eleita na DS/Rio (2016/2018)

PRESIDENTE.....	Marcílio Henrique Ferreira
1º VICE-PRESIDENTE.....	Robson Lassarot Guedes
2º VICE-PRESIDENTE.....	Helio Fernando Muylaert da S.Lima
SECRETÁRIO-GERAL.....	Luiz Roberto Bicalho Domingos
DIRETOR DE FINANÇAS.....	José Afonso Silva Ramos
DIRETOR ADJUNTO DE FINANÇAS.....	Luiz Gustavo Pereira Regadas
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO.....	Rita de Cassia Pinel
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS.....	Luiz Fernando Santos Del-Perho
DIRETORA ADJUNTA DE ASSUNTOS JURÍDICOS.....	Sonia Maria Cunha dos Santos
DIRETOR DE DEFESA PROFISSIONAL.....	Jaciari Spinelli dos Santos
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	Inez Barcelos
DIRETOR DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES.....	Airton Gonçalves Dias
DIRETORA ADJUNTA DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES.....	Eliane Barros Rocha
DIRETOR DE RELAÇÕES INTERSINDICAIS E ASSUNTOS PARLAMENTARES.....	Sérgio Rodrigues de Abreu
DIRETOR ADJUNTO DE RELAÇÕES INTERSINDICAIS E ASSUNTOS PARLAMENTARES.....	Luiz Carlos Alves
DIRETORA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA.....	Regina de Fátima da S. Hardman
DIRETOR ADJUNTO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA.....	Raimundo Marcelo Mercês Galvão
DIRETORA DE DEFESA DA JUSTIÇA FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.....	Célia Satiyo Seto
DIRETOR DE POLÍTICAS SOCIAIS E ASSUNTOS ESPECIAIS.....	Sérgio Wehbe Baptista
DIRETORES SUPLENTEs – Artur Henrique Mattar; Arnaldo de Almeida Júnior; Alfredo Assunção de Araújo Filho; Maurício Leal de Paulo; Sérgio Ricardo Ramalho Pereira	

Agradecimentos

A diretoria da DS/Rio agradece aos membros da Comissão Eleitoral Local (CEL-RJ) e aos mesários. A contribuição voluntária desses filiados viabilizou as eleições no âmbito da representação sindical e refletiu o nível de engajamento dos colegas da base nas questões da categoria. São eles:

Comissão Eleitoral Local

Gilson Ruffier dos Santos (presidente); Nadja Izard Ribeiro de Sá Marins; Roberto Prates D'Aquino; Francisco Oliveira de Souza; Marcos Castilho de Oliveira

Mesários – Saguão do MF (urna 1)

Belson Martins Puresa (presidente); Eliana da Costa Fagundes; Eleonora Maria Mandarino Barcellos; Bernardo Simões Schneiderman

Mesários – Saguão do MF (urna 2)

Maria Cantuária Pereira de Mello (presidente); Sônia Maria de Oliveira Corrêa; José Ricardo Boisson de Marca; Renê Theodorico da Silva

Mesários – Saguão do MF (urna 3)

José Façanha Mamede (presidente); Bety Gutnik Nisenbaum; Enildo Willis Pereira da Silva

Mesários – Alfândega do Porto do Rio

Jeanete Rodrigues Salim (presidente); Rejane Ramos do Nascimento; Maria Tereza Pires Soares

Mesários – Alfândega do Aeroporto do Rio

Cláudia Maria da Costa Oliveira (presidente); Maria Lúcia Dutra Mello

Mesários – Porto de Itaguaí

Frederico Lednik (presidente); Washington Façanha Lotfi

Mesários – DRJ Ipanema

Luciela Maria Vasconcelos Ferreira (presidente); Fernando Rodrigues Alexandre; Maria Amélia Fernandes Loureiro; Jeorgina Margarida Mourão Graminho; Magda Conta Cardozo

Mesários – Sede Quitanda

Luiz Frutuoso Corrêa (presidente); Olimpia Paschoal Sandora; Clóvis Cirne daSilva; Celma da Costa Toledo

Mesários – Demac RJO

Eduardo Gomes de Medeiros (presidente); Paulo Roberto Siciliano; Amélia de Fátima Ferreira Semblano; Alexandre Cerqueira Monteiro; José Nassar Maranhão

Mesários – Barra (Península)

Oscar Luiz Vieira Ferreira (presidente); Gilvan Pereira Barros; Dora Elisabete de Faria; Alberto Sodrê Zille; Maria Beatriz Leal; Edson Ferreira e Silva

Mesários – Barra (CAC – Ayrton Senna)

Cristiane Petito Moreira (presidente); Edna Maria Guimarães Baptista dos Santos; Neuza Pacheco David; Joana Aparecida Lages

Mesários – DRF/Volta Redonda

Julio Cesar Vergueiro da Rocha Miranda (presidente); Carla Maria Marques da Silva Leal

Mesários – DRF/Nova Iguaçu

Valmir de Oliveira (presidente); Eulina Crispiano Lemos Filha

Encontro de Ativos e Aposentados

Confraternização também teve críticas ao modelo econômico e à política

O **Encontro de Ativos e Aposentados 2015 da DS/Rio**, realizado em Armação de Búzios (RJ), no período de 2 a 4 de outubro, intercalou momentos de lazer e diversão com palestras de integrantes da própria categoria, que expuseram uma visão crítica sobre a atual conjuntura econômica e política do país e sobre a política gerencial da Receita para o cargo de Auditor-Fiscal.

Ajuste fiscal e esvaziamento do cargo

No painel de abertura (02/10), o debate focou a atual **Conjuntura Econômica e as Reivindicações dos Servidores Públicos**, através dos Auditores Paulo Gil Introit (DS/Campinas-Jundiaí), e Roberto Piscitelli, colega aposentado que hoje leciona Finanças Públicas na Universidade de Brasília.

Análise crítica – Com severas críticas à proposta do governo de um ajuste fiscal que “penaliza os assalariados, mas protege as grandes fortunas”, Roberto Piscitelli questionou a celeuma criada pela imprensa brasileira sobre o rebaixamento do grau de investimento do país. Ele considera “suspeitas” as agências de risco, cujas avaliações geram enorme especulação mundial, com sérios danos para diversas economias. O economista questionou os reais interesses por trás desse tipo de avaliação de risco de investimento e recomendou que os presentes analisem tudo o que é publicado na grande imprensa, antes de reproduzirem essas informações. Cobrou, ainda, o protagonismo das organizações e da sociedade civil nas propostas para o país.

Esvaziamento – Paulo Gil destacou que “o destino do servidor público está vinculado ao Estado” e que “não existe a possibilidade de um Estado estar esvaziado, estar desconstruído, e a situação dos servidores em geral, e dos Auditores em particular, estar bem”. Segundo ele, os Estados nacionais fortalecidos prestigiam seus servidores – cuja atuação tem, como contrapartida, o reconhecimento da própria função social. Mas, tal fato deixa de existir



A partir da esq., Auditores Roberto Piscitelli, Maria Gláudia Mamede e Paulo Gil

quando um Estado se esvazia e se transfigura, através do neoliberalismo.

“Nós temos hoje na conjuntura um ajuste fiscal que é o elemento central da avaliação; ele foi vendido à sociedade como condição prévia para a retomada do crescimento econômico do país”, disse Paulo Gil, que vê na proposta de ajuste fiscal o esvaziamento das competências dos Auditores-Fiscais.

Remuneração variável e rumos do Sindifisco

O segundo dia do evento (03/10) começou com a rica palestra do colega aposentado Cristovão Barcelos da Nóbrega sobre **A Remuneração Variável do Servidor do Fiscal Federal – de 1900 até Hoje**. Fundamentado em ampla e detalhada pesquisa sobre a trajetória do Fisco no Brasil e o papel de seus principais agentes (os Auditores-Fiscais), Cristovão mostrou como, ao longo das décadas, os diferentes modelos remuneratórios adotados pelos governos privilegiaram os anseios políticos e criaram grandes confusões salariais. Justamente em razão de suas pesquisas, o especialista e autor renomado sobre o Imposto de Renda no país afirmou que “se as pessoas que reivindicam o bônus hoje conhecessem a História, não o pediriam”.



Presidente da DS/Rio João Abreu apresenta o palestrante Cristovão Nóbrega



A partir da esq., Auditores Francisco César, Cláudio Damasceno, João Abreu (DS/Rio) e Gelson Santos

Candidatos à DEN 2015 – Após a palestra sobre remuneração variável, os Auditores-Fiscais Cláudio Damasceno, Francisco César de Oliveira Santos e Gelson Myskovsky Santos realizaram o primeiro debate entre os candidatos à presidência da Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Sindifisco Nacional. A discussão, baseada no tema **O Futuro do Sindicalismo numa Conjuntura de Ajuste Fiscal Recessivo**, foi de alto nível e bastante informativa, na opinião dos filiados presentes.



Hora do Baile – Coroando o evento, os filiados e convidados tiveram um jantar especial e baile inspirado na telenovela “*Que Rei Sou Eu?*” (1989) – uma sátira divertida e inteligente à conjuntura social e política do Brasil na década de 1980, cujas situações e elementos ocorrem até hoje em nosso país.

da DS/Rio

a gerencial da RFB

Merecida homenagem

Na abertura do Encontro (02/10), uma homenagem especial emocionou a 2ª vice-Presidente Maria Gláudia Mamede, que em 2015 encerra o seu terceiro mandato em cargo executivo na DS/Rio. Em nome da diretoria, ela recebeu das colegas Eliane Barros Rocha e Sonia Cunha, diretoras titular e adjunta de Assuntos de Aposentadoria e Pensões, uma placa de reconhecimento à dedicação e trabalho cotidiano em defesa dos interesses dos filiados.

Essa atuação teve início em 1964, ainda no Porto de Santos, quando d.Gláudia se filiou à Abafia (Associação dos Auditores-Fiscais do Tesouro Nacional na Área Aduaneira), e se consolidou na Assefaz e no Unafisco Sindical. Com a criação do Sindifisco Nacional, a Auditora integrou a primeira diretoria da DS/Rio (2009/2011), como diretora de Assuntos de Aposentadoria e Pensões, sendo reeleita na gestão seguinte (2012/2013). No biênio 2014/2015, tornou-se 2ª vice-Presidente.

Nas três gestões, d. Gláudia buscou promover o bem-estar dos filiados e incentivar o convívio social com atividades culturais e de lazer, além da proteção aos colegas aposentados idosos. A DS/Rio possui muitos filiados com esse perfil e, não raro, a diretoria precisa intervir, inclusive pela via judicial, em episódios de abuso econômico ou abandono familiar. Quando isso ocorre, uma frente integrada por diversas diretorias – Assuntos Jurídicos, Assuntos de Aposentadoria e Pensões, Saúde e Bem-Estar e até Assuntos Parlamentares – busca a melhor solução nos órgãos e esferas competentes. E d. Gláudia se faz presente e atuante.

Essas duas características, aliás, se destacam no início de cada ano, quando ela reúne os colegas para, literalmente, botar na rua o bloco carnavalesco Fazendários do Amor. A agremiação é sua segunda paixão no universo Fiscal. A primeira? “É o Mamede [o Auditor aposentado José Façanha Mamede, com quem se casou há mais de meio século]”, conforme declarou, emocionada, após a homenagem.



Emoção não programada: D.Gláudia exibe a placa de agradecimento dos colegas, recebida das mãos das diretoras Eliane Barros Rocha e Sonia Cunha

CAMPANHA SALARIAL

Comissão local define itens prioritários

Entrega de cargos – A entrega dos cargos de chefia foi uma das ações pautadas. No mês de novembro, a DS/Rio protocolou 40 processos na Justiça e alguns colegas já tiveram deferida a antecipação de tutela para exoneração do cargo em comissão.

O modelo de **petição inicial para entrega de cargos**, devidamente adaptado às características da base, está disponível no site da DS/Rio. O preenchimento é individual e não há necessidade de reconhecer firma. O documento deve ser entregue na Sede Debret (Rua Debret, 23 – Sala 711), juntamente com cópias do documento de identidade, CPF e comprovante de residência.

Coesão – Foi debatida proposta de criação de um compromisso entre ativos (novos e antigos) e os aposentados, visando à unidade em torno dos diversos interesses da categoria. Nesse sentido, os aposentados dariam apoio à redução do número de classes funcionais – numa relação inversa à proposta pelo Sidec –, os ativos novos apoiariam a paridade, e todos lutariam juntos contra o Funpresp.

Olimpíadas – Os membros do Comando Local também analisaram a possibilidade de que Auditores Fiscais sejam convocados para cursos de capacitação, a fim de reforçarem as equipes nos Jogos Olímpicos. Houve consenso de que a categoria deve manter o movimento reivindicatório, pois as Olimpíadas ocorrerão somente em meados de 2016 e a campanha salarial ainda precisa ser concluída. Para o Comando Local, por enquanto, os Auditores-Fiscais não devem se inscrever voluntariamente nesses cursos. O assunto exige debate com o Comando Nacional, para tomada de posição válida para todo o país.

Trabalho parlamentar – Ficou decidido ainda que o trabalho parlamentar local será intensificado, com visitas regulares aos gabinetes dos representantes da bancada fluminense na Câmara e no Senado. A diretoria da DS/Rio também deverá programar atividades e eventos, na própria Delegacia Sindical, com a presença dos deputados e senadores do Rio de Janeiro.

SRF retalia teletrabalhistas

No dia 26 de outubro, através da Portaria RFB nº 1474, o Secretário da Receita Federal Jorge Rachid excluiu 16 Auditores-Fiscais do projeto-piloto do Teletrabalho lotados em quatro Delegacias de Julgamento do país. No âmbito da DS/Rio, a medida atingiu quatro Auditores. Os demais, estão vinculados às Delegacias Sindicais de Salvador (6), Ceará (5) e São Paulo (1). Em apoio aos colegas, no dia 28 de outubro, diversos Julgadores do Rio vinculados ao teletrabalho decidiram, no dia 28 de outubro, se desligar do projeto.

Os excluídos seguiram as orientações do Comando Nacional de Mobilização e foram pressionados pela Administração Central a abandonarem o forte engajamento existente nas respectivas unidades, em troca da permanência no teletrabalho. Sem sucesso, a SRF aplicou puni-

ção prevista em normativa interna, que estipula as metas gerenciais a serem alcançadas pelos teletrabalhistas.

O episódio causou indignação nas DRJ do país e, ao tentar defender a legalidade do ato, a Administração teve atitude que assumiu a conotação de assédio moral – em Nota de Esclarecimento publicada na intranet da RFB (04/11), afirmou que, em decorrência do não atingimento das metas pactuadas pelos 16 Auditores-Fiscais, “uma avaliação porventura negativa ao final da experiência-piloto poderá ensejar o fim do Teletrabalho na RFB, com prejuízos para todos os servidores que atuam ou queiram atuar nesta modalidade de trabalho à distância”.

A direção da DS/Rio solicitou a atuação direta da Diretoria Executiva Nacional (DEN) na questão.

O bônus da Receita e a paridade

Passadas as eleições no Sindifisco Nacional, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) deve apresentar à categoria proposta salarial semelhante àquela encaminhada aos membros da Advocacia Geral da União (AGU), no início de novembro – reajuste em torno de 21%, divididos em quatro prestações (ou parcelas, como queiram) anuais, a contar de meados de 2016, que não irão repor sequer a inflação acumulada no período de agosto de 2012 a agosto de 2015, de 24,27%. E, certamente, o tal bônus por eficiência institucional com a quebra da paridade entre ativos e aposentados.

Lembramos que a paridade, no Serviço Público Federal, é uma conquista consagrada na Constituição – e não se dispensam conquistas constitucionais.

Após consultar suas bases, as representações dos integrantes da Advocacia Pública Federal (Sinprofaz, Anajur, Anpaf, APBC e Unafe) decidiram aceitar uma proposta sobre o honorário de sucumbência que contempla somente os ativos, com o compromisso de “lutar, em todas as esferas, pela inclusão dos aposentados nos honorários”, conforme Nota Conjunta publicada no dia 17 de novembro, no site da Sinprofaz.

Essa iniciativa não deve pautar as opções dos Auditores-Fiscais. Não podemos lavar as mãos para a quebra dos direitos

dos atuais e futuros aposentados. Será difícil refazer o percurso político que obteve êxito em 2002, quando alteramos a MP 1915-A, editada em 1999. Naquela época, as Medidas Provisórias não tinham prazo para tramitação e podíamos aguardar correntes políticas mais favoráveis aos nossos pleitos. Ainda assim, lutamos por quase quatro anos para reconquistarmos a paridade, na véspera da eleição presidencial de 2002.

Como, hoje, as Medidas Provisórias têm prazo de vigência, parte da categoria, reciosa de ver a recomposição salarial cair por decurso de prazo, tenderá a pressionar pela aprovação, mesmo trazendo como consequência o prejuízo à paridade.

A estratégia gerencial é eficiente: fragilizar as diversas categorias do Serviço Público com a retirada do poder de mobilização, após dividir seus integrantes em compartimentos estanques – os ativos com paridade; os ativos sem paridade; os aposentados que tiveram e perderam a paridade; os futuros aposentados que não terão paridade...

Para todos, o prejuízo imediato será a cisão entre ativos e aposentados. Em seguida, o enfraquecimento da mobilização. Divididos, ficaremos à mercê de quaisquer propostas, gratificações, metas inatingíveis, argumentos inconsistentes. E nem a luta contra o Funpresp teremos condições de empreender!

Ação dos 28,86%

Jurídico da DEN presta esclarecimentos



A partir da esq., Auditores Maria Gláudia Mamede, Bety Gutnik Nisenbaum, João Abreu e Betinho

A convite da diretoria da DS/Rio, o diretor Jurídico Nacional, Auditor Carlos Roberto (Betinho) Teixeira, visitou a base local no dia 18 de novembro, para esclarecer os filiados sobre a tramitação da ação dos 28,86% - em especial, a situação dos colegas cujas ações transitaram em julgado em 2,2%.

O diretor Nacional prestou informações relevantes aos filiados, além de alertar os presentes sobre a necessidade de acompanharem de perto os seus processos, através do site do Sindifisco Nacional. Dessa forma, evitarão perda de prazo ou litigância de má-fé - caso dos exequentes que têm mais de um processo em tramitação. Estes, devem optar por um dos processos e acompanhá-lo, verificando a homologação do juiz.

Betinho também respondeu os questionamentos do presidente da DS/Rio, João Abreu, sobre o pagamento de honorários de sucumbência ao escritório jurídico Martorelli referentes à ação inicial de conhecimento - um serviço que foi realizado por outros advogados.

Ao final do encontro, Betinho orientou os exequentes a encaminharem suas dúvidas para o e-mail juridico@sindifisconacional.org.br. Disponibilizou também o e-mail utilizado na diretoria sindical (betinho@sindifisconacional.org.br), embora válido somente durante seu mandato na DEN.

A DS/Rio filmou o evento e o vídeo foi postado na internet, por meio do Youtube. Eis o link: https://www.youtube.com/watch?v=ursyYx_QORE&feature=youtu.be

Estudo de Auditores do Rio identifica perda bilionária de arrecadação

Os Auditores aposentados Paulo José Cansanção e Marilene Maron, vinculados à DS/Rio, elaboraram estudo técnico sobre dois assuntos tributários - Cooperativas e Distribuição de Lucros: Isenção - Lucro Presumido - e identificaram uma perda bilionária de arrecadação anual.

Isso se deve às brechas na legislação fiscal, que dão margem a irregularidades e distorções. No caso das Cooperativas, é possível o desvirtuamento de finalidade ou a distribuição de lucros aos cooperados pagando nada ou bem pouco, a título de IRPJ. Quanto à Distribuição de Lucros, os autores propõem a revogação do parágrafo 2º do Artigo 51 da Instrução Normativa SRF nº 11/96, pois a normativa ocasiona enorme prejuízo ao Erário.

O estudo foi encaminhado à diretoria da DS/Rio e à DEN, para divulgação. Os autores também solicitaram que seja enviado à Secretaria da Receita Federal, como subsídio para outros estudos referentes às matérias analisadas.

Relações Econômicas Internacionais e Comércio Internacional

O Auditor-Fiscal Rodrigo Luz lançou no mês de julho a 4ª edição do livro "Relações Econômicas Internacionais e Comércio Internacional", pela Editora Método, especializada em publicações voltadas aos estudantes universitários e cursos preparatórios para concursos. O livro contém 14 capítulos e questões de provas, gabaritos e bibliografia. Para informações adicionais e aquisição, acesse o site do Grupo Editorial Nacional (<http://www.grupogen.com.br/>) e digite o título. A obra está disponível nas versões impressa e digital (e-book).

Rodrigo Luz também é autor do livro "Comércio Internacional e Legislação Aduaneira", que pode ser adquirido através do mesmo site.



Auditor lança conto pela internet

O Auditor-Fiscal Aélcio dos Santos, ex-presidente da DS/Rio, lançou no dia 26 de novembro a versão digital do conto "Júlia, o Império de César", pelo site da Amazon. Esta é a primeira incursão do colega nesse gênero literário. Em formato eBook Kindle, a obra custa R\$ 3,81 e pode ser baixada no Kindle, tablet ou celular.

Para adquirir, vá no site da Amazon (<http://www.amazon.com.br/>) e digite o título do conto. Boa leitura!



ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS

Audidores do Rio confraternizam em tradicional

FESTA NATALINA



Com muita alegria, música ao vivo e um belo jantar de confraternização, filiados à DS/Rio e seus convidados celebraram antecipadamente o Natal, na tradicional festa promovida pela representação sindical da base. O evento foi realizado no dia 3 de dezembro, no Clube Ginástico, com show da banda V-Trix e baile de encerramento comandado pela bateria do bloco carnavalesco Fazendários do Amor, com a presença de belas passistas.

Um pouco desse espírito de congraçamento e união está registrado nas fotos a seguir.



Audidores do Rio se reúnem com Lindbergh Farias

Diretores e filiados à DS/Rio reuniram-se com o Senador Lindbergh Farias (PT), no dia 9 de outubro, no gabinete fluminense do parlamentar. O encontro foi agendado ainda em Brasília, pela colega Regina Hardman, durante trabalho parlamentar pela inserção, na Medida Provisória 693/2015, de emendas que contemplam os Auditores-Fiscais. O tema voltou à discussão no gabinete de Lindbergh no Rio, quando os presentes solicitaram apoio específico para as emendas 20 – do Senador Romário (PSB) – e 26 – do Senador Paulo Paim (PT). Os Auditores também externaram a indignação da categoria com a conjuntura na Receita Federal e a desvalorização do cargo.

Outros assuntos debatidos foram a sonegação fiscal no país, a proposta de ajuste fiscal do governo, arrecadação regressiva, tributação de dividendos e lucros, imposto justo, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e a inserção dos Auditores na PEC 443/2009 durante a tramitação no Senado. Nesse sentido, Lindbergh se comprometeu a indicar canais de interlocução para o pleito avançar.

Carf – Os Auditores entregaram ao senador



A partir da esq., Auditores Úrsula, Alba Valéria, Sonileia Vieira, Fátima Rodrigues, Regina Hardman, Cléber Magalhães, Alexandre Teixeira, Helio Muylaert, senador Lindbergh Farias e Rogério Caill

o estudo técnico “O Contencioso Administrativo Fiscal Federal – A atuação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e Propostas para a sua reestruturação”, elaborado pelo Sindifisco Nacional, além de vasta documentação sobre a estrutura do órgão. Destacaram, ainda, a importância da CPI do Senado na apuração das irregularidades naquele Conselho. Segundo os Auditores,

o volume de recursos parados no Carf, oriundos de autos de infração lavrados pela Receita Federal, superam os R\$ 550 bilhões e poderiam fazer frente ao déficit orçamentário. Lindbergh Farias se interessou pelo tema e propôs uma parceria técnica com o Sindifisco Nacional para o encaminhamento de temas e estudos sobre tributação e sonegação fiscal, entre outros.

Aprovado relatório final da CPI do Carf

A CPI do Senado que investigou crimes e fraudes cometidos no âmbito do Carf encerrou seus trabalhos no dia 3 de dezembro, com a aprovação do relatório da senadora Vanessa Graziottin (PCdoB-AM). A relatora apontou fraudes em julgamentos que envolvem recursos em torno de R\$ 19 bilhões e solicita o indiciamento de 28 investigados – em sua

maioria, advogados e ex-integrantes do órgão. Recomenda, ainda, que a comissão de juristas responsável pelo anteprojeto de desburocratização apresente proposta de reformulação daquele Conselho. O relatório final da CPI será enviado à Polícia Federal e ao Ministério Público, entre outras instituições.

Entrevistada pela Agência Senado, a se-

nodora afirmou que o Carf, “além de ter sido tomado por quadrilhas, é ineficiente”, pois recuperou “apenas 2% do desviado por evasões” ao longo de 20 anos de funcionamento. Ela também acredita num consenso sobre o fim da paridade no órgão, que tem a metade dos conselheiros indicada pelo setor privado.

Fonte: Agência Senado.

Rio cobrou participação da categoria no debate

As irregularidades no Carf vieram à tona com a deflagração (26/03) da Operação Zelotes – força-tarefa reunindo Receita Federal, Corregedoria Geral do Ministério da Fazenda, Polícia Federal e Ministério Público Federal, para investigar denúncias de corrupção e compra de votos naquele Conselho.

Em 18/05, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), após analisar consulta da Fazenda, decidiu que há incompatibilidade entre a atuação como advogado e como conselheiro do Carf. No dia 19, o Senado instalou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias de irregularidades.

Por desinformação sobre a estrutura da Fazenda, parte da imprensa responsabilizou os Auditores-Fiscais da Receita Federal pelos ilícitos, o que indignou a categoria. Os Auditores do Rio cobraram o firme posicionamento do Sindifisco Nacional para que as acusações fossem comprovadas, bem como a presença da categoria no debate.

O assunto foi tratado na reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) realizada de 26 a 29/05, em Brasília. Ali, foi criado um Grupo de Estudos

que aprovou a indicação dos Auditores-Fiscais Bruno Vajgel (DS/Rio) e Roney Freire Côrrea (DS/Santos) para fazerem parte da CPI da Zelotes.

Em 31/07, a DS/Rio cobrou a indicação formal dos filiados, pois as investigações seriam retomadas na primeira semana de agosto, mas o Sindicato ainda não providenciara a indicação. O mesmo pedido foi enviado ao presidente da Mesa do CDS, Auditor Raul Cabadas.

A partir daí a categoria passou efetivamente a integrar o debate sobre o Carf. No decorrer das investigações, os membros da CPI chegaram a solicitar a contribuição técnica dos Auditores-Fiscais, mas o Secretário da Receita

Federal não atendeu ao pedido.

Mas, essa presença dos Auditores se consolidou no trabalho parlamentar conjunto, nas bases e em Brasília. Um exemplo ocorreu no dia 09/09, quando Auditores do Rio e do Ceará entregaram à relatora Vanessa Graziottin o estudo técnico “O Contencioso Administrativo Fiscal Federal”, do Sindifisco Nacional (foto). A senadora demonstrou receptividade ao conteúdo do estudo e os Auditores-Fiscais reafirmaram a importância daquela CPI para a sociedade brasileira.

Senado Federal (09/09): a partir da esq., Auditores Helder Rocha (DS/CE), Robson Lassarot (DS/Rio), senadora Vanessa Graziottin, Auditores Gil Barroso (DS/CE) e Ailton Dias (DS/Rio)

